



Atlas Schindler

**EXMO. SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – DSST –
COORDENAÇÃO GERAL DE NORMATIZAÇÃO E PROGRAMAS**

Endereço:

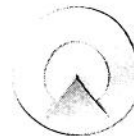
Esplanada dos Ministérios – Bloco F
Anexo B – 1º andar – Sala 107
Cep: 70059-900
Brasília - DF

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A, inscrita no CNPJ nº 00.028.986/0001-08, com sede na Avenida do Estado, 6116, Cambuci, São Paulo - SP, representada por sua representante legal, vem, respeitosamente expor e requerer o quanto segue.

A Lei 12.740, de 8 de dezembro de 2013 deu nova redação ao art. 193, da CLT, ao mesmo tempo em que revogou a Lei n. 7369/85, que instituiu o adicional de periculosidade e, via de consequência, o Decreto n. 93.412/86 que a regulamentava. Assim, por conta da necessidade de regulamentar o referido artigo 193, e considerando que em 27 de junho se encerra o prazo para encaminhamento das sugestões à Comissão Tripartite, a Elevadores Atlas Schindler, entende ser indispensável prorrogar o referido prazo.

Com efeito, a Comissão já apresentou a regulamentação do art. 193, inclusive do Anexo IV, relativo à eletricidade, sendo que sequer foi regulamentado o Anexo III, envolvendo vigilantes.

Como se pode ver da proposta de regulamentação do Anexo IV, termos como “exposição permanente”, “risco acentuado”, “atividade ou operação indireta”, “área de risco elétrico”, entre outros, não foram enfrentados devidamente, deixando de fixar de forma clara e objetiva o conceito dos termos utilizados no texto, dando margem a interpretações diversas, o que implicará fatalmente aumento de conflitividade, com forte impacto na folha de pagamento e no chamado “custo Brasil”.



Atlas Schindler

Portanto, a proposta referida deixa de orientar e facilitar a aplicação da lei, objetivo fundamental da regulamentação.

Não bastasse isso, não cabe a simples regulamentação impor obrigações não previstas em lei, como é o caso do seguro obrigatório.

Por outro lado, há manifesto conflito entre a regulamentação proposta e outras NR - Normas Regulamentadoras, vigentes e aprovadas pela Portaria 3.214, de 8.de junho de 1978, e até mesmo com dispositivos expressos da CLT.

Pelas razões acima expostas é suficiente a conclusão de ser indispensável a prorrogação do prazo para que democraticamente o assunto possa ser debatido e outras propostas possam ser analisadas.

No entanto, caso V. Exa. entender impossível alterar o cronograma já estabelecido, o que não se espera, a Elevadores Atlas Schindler adianta-se para, desde logo, apresentar sua proposta inicial de Regulamentação, acreditando assim colaborar com a Comissão de forma efetiva e coerente, como segue no Anexo I.

São Paulo, 27 de Junho de 2013.

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

Renata Maria Rose de Resegue

OAB/SP nº 126.698

Anexo I – Proposta de Regulamentação do art. 193, da CLT

ANEXO IV da NR-16
(Proposta de Texto)

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

1 – Têm direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores que realizam atividades ou operações em instalações e equipamentos elétricos com exposição permanente a condições de risco acentuado, sem a adoção de medidas de proteção, equipamentos de proteção individual, de acordo com o art. 166, da CLT, ou técnicas e procedimentos destinados ao controle do risco elétrico:

a) na execução de atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos com intervenções em parte vivas, sob tensão elétrica ou na zona de risco delimitada, de acordo com a NR 10.

b) na realização de quaisquer atividades dentro das áreas caracterizadas como zona controlada, delimitadas de acordo com a NR 10, nos moldes do item I, supra.

2 - As atividades ou operações realizadas em equipamentos ou dispositivos elétricos alimentados em baixa tensão, concebidos para manobras, comandos, controles ou operações, realizadas por procedimentos normais e projetados, construídos, montados e mantidos em perfeito estado, não se enquadram na condição de periculosidade.

3 - As instalações ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, conforme estabelece a NR-10, descaracterizam a condição de periculosidade.

4 - As instalações ou equipamentos elétricos alimentados por extra-baixa tensão não geram a condição de periculosidade.

5 - É vedado incentivo ou pagamento de prêmios por produtividade, bem como trabalho extraordinário em atividades caracterizadas como “em condições de periculosidade”.

6 – Os conceitos como “permanente”, “habitual”, “intermitente” e “eventual” são os mesmos utilizados, oficializados e consolidados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

7 – Os conceitos de “risco” e “perigo” são aqueles como tal definidos no glossário da NR 10.

8 – A exposição eventual não gera o direito ao adicional de periculosidade.

9 – Cessada a condição de exposição do trabalhador ao risco elétrico cessa simultaneamente o pagamento do respectivo adicional.

